



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0000996-33.2023.6.22.8000

INTERESSADO: CENTRO DE MEMÓRIA

ASSUNTO: Dispensa de licitação tradicional – Contratação de serviços especializados na área de museologia, consistente na elaboração de Plano Museológico e na Política de Acervos do Centro de Memória.

DESPACHO Nº 905 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Comissão de Gestão da Memória Eleitoral, visando à contratação de serviços especializados na área de museologia, consistente na elaboração de Plano Museológico e na Política de Acervos do Centro de Memória deste Tribunal, em atendimento às diretrizes estabelecidas na Resolução CNJ n. 324/2020 (1014257).

Para instrução dos autos, carrou-se o documento de formalização de demanda (1014258); o estudo técnico preliminar (1014260); a informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação (1017201); a cotação de preços das empresas proponentes à contratação (1023286 1023288 1024742 1023283 1023284 1023285); atestados de capacidade técnica da Museóloga de Vanessa Ferreira de Almeida Resende (1024744 1024745); Certidões negativas comprovando as condições mínimas para contratar com a administração pública da proponente Vanessa Ferreira de Almeida Resende (1024752) e do proponente Fernando Cesar Caldeira Pacheco Barbosa (1024752 1024753); Registro Profissional da museóloga proponente Vanessa Ferreira de Almeida Resende (1025086); e o termo de referência (1025087), o qual reproduz as regras da contratação direta por meio de dispensa de licitação tradicional.

Justifica-se a contratação na necessidade de dotar o Centro de Memória de Plano Museológico, de modo a alcançar aderência às diretrizes da Resolução CNJ n. 324/2020. Visa, ainda, o aprimoramento da gestão da memória eleitoral brasileira e institucional por meio da pesquisa, identificação, coleta, registro, tratamento técnico, conservação, restauração, preservação, produção de conteúdo, divulgação de acervos e do patrimônio histórico da Justiça Eleitoral, consubstanciado na implementação efetiva do plano museológico e na Política de Acervos nos termos dos arts. 44 e 46 da Lei n. 11.904/2009.

O valor da contratação foi estimado em R\$ 23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais).

A SPOF, em atenção ao Despacho n. 534 da COFC (1026542), procedeu à programação orçamentária dos valores a serem executados, registrando que a despesa pretendida está adequada e compatível com a LOA, o PPA e a LDO (1026565).

A SAC, em análise do TR, complementado pelos demais documentos constantes nos autos, concluiu que documento encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas, entre outros, pelos art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133/21 e no art. 2º c/c art. 26, inciso IV, ambos da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022, podendo a contratação de seu objeto ser processada por dispensa de licitação, com fornecedores especializados no ramo do produto (1026773).

A SECONT elaborou a minuta do contrato de evento n. 1031417 e remeteu o feito à Assessoria Jurídica da SAOFC, a qual, após as diligências entendidas necessárias, concluiu que o documento está apto a produzir os efeitos desejados, para cumprimento do § 4º do artigo 53 da Lei n. 14.133/2021. Ademais, opinou pela regularidade e pela observância dos requisitos formais dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação, previstos no art. 72 da Lei n. 14.133/2021 e nas disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022; pela possibilidade de

aprovação do TR; pela possibilidade jurídica da contratação por meio de dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133/21; pela desnecessidade da publicação na imprensa oficial, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal. Além disso, ressaltou a necessidade de divulgação do extrato da nota de empenho - ou do contrato - juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO (1036059).

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pela aprovação do ETP e do TR; pela autorização da despesa de forma direta por dispensa tradicional de licitação; pela regularidade da Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação; pela contratação direta da Microempreendedora Individual (MEI) 45.075.086 Vanessa Ferreira de Almeida Resende, vencedora da menor cotação de preços para a prestação total dos serviços,, por dispensa de licitação; pela publicação do ato de dispensa no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, bem como do ato autorizativo da contratação direta em sítio eletrônico oficial do TRE-RO, além da regular publicação/replicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP (1036148).

Inicialmente, cumpre registrar que o presente procedimento adota as regras da Lei n. 14.133, publicada em 1º de abril de 2021, regulamentada neste Tribunal na forma da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022.

Analisando os autos, verifica-se que a unidade demandante utilizou-se da via da cotação direta aos fornecedores potenciais, procedimento idôneos para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam, a razão da escolha do fornecedor e a justificativa do preço (art. 72, incisos VI e VII, da Lei n. 14.133/2021).

Quanto à justificativa do preço, a informação conclusiva do valor estimado juntada ao evento n. 1017201 demonstra a metodologia utilizada para estimativa de preços. Por sua vez, os documentos juntados ao processo, complementados pela declaração (1035227), atestam a regularidade da cotante que ofertou o menor preço (1023283), sagrando-se vencedora a empresa Microempreendedora Individual (MEI) Vanessa Ferreira de Almeida Resende, CNPJ sob o nº 45.075.086/0001-50, pelo valor de R\$ 23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais).

Assim, demonstrado o cumprimento dos dois requisitos legais (justificativa do preço e a razão da escolha do fornecedor) a referida contratação poderá ser enquadrada na situação de dispensa de licitação em razão do valor, prevista no art. 75, II, da Lei n. 10.133/2021, atualmente no patamar de R\$ 57.208,30 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta centavos), na forma do Decreto Federal n. 11.317/22.

No tocante ao fracionamento de despesa, verifica-se pelo quadro juntado no evento n. 1026266, no bojo do PSEI 0000533-91.2023.6.22.8000, não haver indicação de qualquer outra aquisição no exercício corrente do serviço de museologia - classificação registrada no demonstrativo da fonte orçamentária da despesa, item 10.1 do TR.

Diante do exposto, considerando a necessidade da contratação, com base nas atribuições de competências conferidas pela Portaria TRE-RO n. 66/2018:

I - aprovo o Estudo Técnico Preliminar n. 1/2023 - COMISSÕES/MEMORIA (1014260) e o Termo de Referência – n. 4/2023 - COMISSÕES/MEMORIA (1025087), na forma do item 15 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022, com fundamento no inciso [VIII do art. 72 da Lei. n. 14.133/2021](#);

II - aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva de evento n. 1017201, em cumprimento ao item 40 do Anexo II da Resolução n. 215/2015/CNJ e ao Acórdão TCU n. 2622/2015 - Plenário;

III - autorizo a despesa de forma direta por dispensa tradicional de licitação, com fulcro no art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133/21;

IV - adjudico o objeto à Microempreendedora Individual (MEI) 45.075.086 Vanessa Ferreira de Almeida Resende, inscrita no CNPJ sob o n. 45.075.086/0001-50, e autorizo a emissão de nota de empenho em seu favor, no valor de R\$ 23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais); e

V - determino divulgação do extrato da nota de empenho, juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no

sítio eletrônico oficial do TRE-RO, em cumprimento ao comando expresso constante no art. 94 da Lei 14.133/2021 c/c o disposto no item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022.

À **MEMÓRIA** para conhecimento e observância às recomendações constantes nos itens 16 e 25 do Parecer Jurídico n. 153 (1036059), no sentido de que nas próximas contratações utilizem-se dos formulários de contratação direta no sistema SEI vinculados à Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2023 e à Lei 14.133/2021 (0902007 0902031 0902028).

À **SAOFC** para continuidade das ações, visando a contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 10/08/2023, às 12:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1042698** e o código CRC **F4D78306**.